



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	20286/2024
Data do Início	23/08/2024
Folha	24
Rubrica	

## **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO Nº 20286/2024, Pregão Eletrônico 15/2024 - SRP**

**OBJETO:** Registro de Preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de Serviços de Computação em Nuvem, de modelo híbrido (privada e pública), incluindo Hardware e software, com serviços de: concepção, projeto, provisionamento, configuração, manutenção, treinamento, administração, gerenciamento, monitoramento, backup, migração, suporte técnico especializado do ambiente em regime 24x7 e autosserviço sob demanda, que atenda de forma ampla às demandas da Prefeitura Municipal de Maricá – PMM.

A pessoa física **CHAYANNE PAULA PAVAN STAUB**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

### **I - DA TEMPESTIVIDADE**

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 14.133/2021, especificamente no artigo 164:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

### **II – DAS RAZÕES**

Em resumo, a impugnante alega:

- Supostas ilegalidades no instrumento convocatório;

### **III – DO MÉRITO**

A ora impugnante trouxe para o debate vários pontos referentes ao processo editalício, os quais esta comissão entende como importantes. Assim, vejamos.

#### **a) Sobre a apresentação da proposta de forma concomitante com os documentos de habilitação**

De início, cumpre salientar que, o sistema de Compras Públicas do Governo Federal (Comprasgov) tem realizado constantes atualizações a fim de acompanhar os desafios para



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	20286/2024
Data do Início	23/08/2024
Folha	25
Rubrica	

implementação da Nova Lei de Licitações, razão pela qual esta Coordenadoria entende que o referido edital não se encontra atualizado com as mudanças no âmbito sistêmico, sendo necessário adequar as regras editalícias às inovações do sistema.

Em suas razões, a impugnante questiona a redação do item 10.1 do edital em epígrafe, que versa sobre a forma de apresentação dos documentos apresentados pelos participantes do certame. Esta Coordenadoria entende que a redação editalícia deve ser retificada, tendo em vista que a lei 14.133/2021, no inciso II, trata a matéria nos seguintes termos:

“Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

(...)

II - Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.”

Tal dispositivo traz a previsão de que os documentos de habilitação devem ser apresentados somente pelo licitante vencedor, indicando como exceção os casos em que a fase de habilitação antecede a de julgamento. No entanto, de acordo com o comando legal citado acima, entende-se que o edital deve prever que os documentos de habilitação devem ser apresentados somente na fase de habilitação.

Diante disso, esta Coordenadoria entende que o trecho da redação que prevê que a proposta deve ser entregue “concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital” deve ser retificada.

**b) Da alegação de incompatibilidade da redação contida no item 10.2.3 comparada com a lei 14.133/21 sobre o agente de contratação e comissão de licitação**

No presente tópico, a impugnante questiona a redação contida no item 10.2.3 do edital do Pregão Eletrônico n.º 15/2024, a qual argumenta que estaria em desacordo com o disposto no art. 64, §1º, da Lei 14.133/21. Para análise dos apontamentos, se torna necessário trazer as respectivas previsões editalícia e legal, a saber:

“10.2.3 - O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação”. (Edital do PE n.º 15/2024).

Sobre a Lei 14.133/2021, mais precisamente em seu artigo 64, §1º, o tema está previsto da seguinte forma:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	20286/2024
Data do Início	23/08/2024
Folha	26
Rubrica	

“§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação”. (art. 64, §1 da Lei 14.133/21).

Após a exposição acima, em um primeiro momento, a análise isolada das regras dispostas pode causar a interpretação equivocada de que o agente de contratação, ora pregoeiro, não seria competente para realizar as atribuições elencadas no artigo mencionado, visto que o dispositivo traz, de forma clara, a figura da comissão de licitação para realizar tais atos durante a fase de habilitação.

No entanto, tal dispositivo não deve ser analisado de forma isolada ignorando as demais regras contidas na lei de licitações e contratos. Desse modo, cumpre trazer à baila os demais dispositivos contidos na referida lei, os quais detalham as atribuições do agente de contratação/pregoeiro, a saber:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

LX - agente de contratação: pessoa designada pela autoridade

competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.”  
Grifo nosso.

Em outro momento, a lei versa novamente sobre o tema, conforme se passa a expor na seguinte redação:

“Art. 8º - A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	20286/2024
Data do Início	23/08/2024
Folha	27
Rubrica	

formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.” Grifo nosso.

De início, vale ressaltar que em nenhum momento o edital indicou a substituição do agente de contratação/pregoeiro por Comissão de Contratação. Sendo assim, resta claro que o responsável pela condução do certame será o pregoeiro.

Vencida essa questão, se torna evidente que os apontamentos trazidos na peça impugnatória sobre as atribuições que a, ora impugnante, entende ser de atuação obrigatória e conjunta com a Comissão de Licitação não merecem prosperar, tendo em vista que esta Coordenadoria enfatiza sua discordância com tais argumentos, pois conforme se verifica nos artigos mencionados acima sobre as atribuições do agente de contratação/pregoeiro, tal agente público tem a competência de tomar decisões, conduzir o certame, dar impulso ao procedimento licitatório e, ainda, executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Assim, não há o que se falar em regra editalícia divergente da Lei 14.133/21, visto que o pregoeiro, considerando o âmbito de suas atribuições, teria plenas condições de realizar as tarefas eventualmente designadas para sua equipe de apoio. Sendo assim, **esta coordenadoria entende que os argumentos sobre o tema não devem prosperar.**

**c) Do questionamento sobre o rito de abertura do certame**

O edital em análise, em seu item 11.1, diz que a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha. No entanto, impugnante argumenta que a plataforma ComprasGov não mais permite que a sessão inicial do certame venha a ser aberta por qualquer operador, mesmo o pregoeiro, mas de outro modo, quando do dia e horário agendados para a abertura, esta se dará de forma automática.

Sobre os argumentos indicados nesse tema, esta Coordenadoria **entende que o disposto no item 11.1, do edital em epígrafe, de fato, está em desacordo com o funcionamento do sistema ComprasGov**, o qual realiza a abertura do certame de forma automática, nos termos do cadastramento da sessão informadas no momento de seu cadastramento.

**d) Da alegação de descumprimento das fases do procedimento licitatório nos itens 11.4 e 11.5 combinado com o item 11.8**

Antes de adentrar à análise do tema abordado neste tópico, se torna imperioso esclarecer



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	20286/2024
Data do Início	23/08/2024
Folha	28
Rubrica	

que a impugnante se equivocou ao indicar que houve “descumprimento das fases do procedimento”, visto que o edital não traz qualquer menção a ocorrência de inversão de fases ou contradição que possa indicar descumprimento das fases da modalidade utilizada no edital supracitado.

No entanto, esta especializada analisou os demais apontamentos trazidos pela peça impugnatória, no que tange as disposições que tratam os procedimentos após a abertura do certame. Sobre o tema, se torna necessário esclarecer que o certame analisado adotou o modo de disputa aberto, o qual possibilita aos participantes a oferta de lances.

Nesse sentido, é importante salientar que os itens 11.3, 11.4, 11.5 e 11.8, apesar de não serem atos errôneos ao procedimento licitatório em análise, entende-se que não são possíveis de serem realizados no sistema ComprasGov, visto que após a abertura automática da sessão, o pregoeiro simplesmente acompanha a fase de lances anônimos entre os participantes, não sendo possível realizar qualquer classificação antes dessa etapa.

Diante dos fatos narrados, esta Coordenadoria concorda parcialmente com as razões apresentadas pela impugnante, tendo em vista que os as redações indicadas nos itens supracitados induzem a realização de uma antecipação da etapa de julgamento, quando o procedimento correto, considerando que se trata certame com modo de disputa aberto e as atualizações do sistema de compras públicas, seria apenas o acompanhamento dos lances anônimos pelo pregoeiro.

**e) Da alegação de ambiguidade na ordem de classificação descrita no item 12.1**

A impugnante questiona a redação do item 12.1, argumentando que há ambiguidade na forma descrita para a composição da ordem de classificação do procedimento licitatório em análise, dizendo, ainda, que não seria possível verificar o critério para a ordem de classificação.

Sobre o assunto, esta coordenadoria entende que em momento algum o subitem 12.1 afirma que a classificação será feita de forma indiscriminada. Esta foi uma conclusão única da impugnante. A classificação ocorre do menor valor para o maior, sendo que, em relação aos valores acima do estimado, caso seja necessário, será realizada negociação direta com a empresa, a fim de alcançar valor igual ou abaixo do valor estimado por esta municipalidade. Nos casos de ocorrência de propostas empatadas, será realizado desempate nos termos do art. 60, da lei 14.133/2021.

**f) Da alegação de cerceamento dos benefícios para microempresas e empresas de pequeno porte pela redação do item 12.2.1**

Inicialmente, se faz necessário trazer a redação na íntegra do item 12.2.1 do edital em epígrafe, a saber:

“12.2.1 – Apenas após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	20286/2024
Data do Início	23/08/2024
Folha	29
Rubrica	

porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.”

A impugnante alega que, manter tal regra, prejudicará empresas na condição de ME/EPP e induzirá as empresas ao declínio de seu direito adquirido, pois a declaração na plataforma ComprasGov deve ser realizada durante o cadastramento da proposta, não havendo outra oportunidade da empresa fazê-lo, sem que tenha seu benefício prejudicado.

Observando esse questionamento, é preciso dizer que esta coordenadoria concorda com a impugnante, pois se a indicação da condição de ME/EPP não for realizada no momento de cadastramento da proposta, o licitante simplesmente perderá os benefícios perante as empresas que não possuem direito de preferência, uma vez que, para classificação da proposta, as que não possuem tal direito, devem cobrir o lance de empresas beneficiárias do direito de preferência em percentual de 5% acima dessa última. Sendo assim, impossibilitar o envio da declaração de condição ME/EPP no momento do cadastramento da proposta confronta direitos elencados na Lei Complementar n.º 123/2006.

Assim, entende esta coordenadoria que o item 12.2.1, do edital do Pregão Eletrônico n.º 15/2024, deve ser retificado.

**g) Da alegação de impossibilidade de desempate nos termos do item 12.3**

O item mencionado do edital indica o seguinte:

“12.3 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 12.2 ou inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance fechado.”

Levantando um comparativo com o artigo 60 da lei 14.133/2021, que aborda os critérios do desempate, é o disposto:

“Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	20286/2024
Data do Início	23/08/2024
Folha	30
Rubrica	

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023) Vigência

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009”.

O item em questão, na verdade, está sendo interpretado pela impugnante de forma totalmente literal. “Apresentar novo lance fechado” não se refere ao modo de disputa do processo e sim, à volta à fase de lances para nova disputa, conforme, inciso I do artigo anteriormente mencionado.

Contudo, **opina esta coordenadoria que seja reanalisada a letra do item 12.3**, de forma que não permita interpretações equivocadas.

**h) Da alegação de desrespeito às fases da licitação e simplificação de processos e procedimentos**

Esta Coordenadoria opina pela necessidade de alteração do item 12.12 do edital, visto que a exigência mencionada só será necessária nos casos de apresentação de documentos que não sejam passíveis de verificação e a redação atual abre margem para interpretações diferentes, como a da impugnante.

**i) Da alegação de ausência de planilha de composição de preços**

Sobre a alegação **da ausência de planilha de composição de preços**, a impugnante menciona que a mesma não foi disponibilizada. Contudo, o documento está incluso no edital,





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	20286/2024
Data do Início	23/08/2024
Folha	31
Rubrica	

especificamente, denominado “ANEXO I – PLANILHA DE VALORES E QUANTITATIVOS UNITÁRIOS” e, também, “ANEXO A PLANILHA DE VALORES E QUANTITATIVOS UNITÁRIOS”.

A planilha de decomposição de custos mencionada pela impugnante não cabe neste processo licitatório, uma vez que não se trata de serviço DEMO.

**j) Da alegação de ausência de Estudo Técnico Preliminar**

A impugnante alega que o ETP não foi disponibilizado para conhecimento dos licitantes, mesmo a licitação em questão não se enquadrando nas possíveis exceções para não publicação do ETP junto ao edital.

Vejamos.

É sabido que o Estudo Técnico Preliminar é um documento a ser elaborado durante a primeira fase de planejamento das contratações de bens e serviços, com o objetivo de evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

O Acórdão nº 29139/2024-PLENV do TCE traz a seguinte redação:

REPRESENTAÇÃO. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR. CONTRATAÇÃO. ATO DISCRICIONÁRIO. Estudo Técnico Preliminar –ETP constitui a primeira etapa do planejamento da contratação e sua publicação juntamente com o edital não é obrigatória. Em que pese as informações contidas no ETP possam trazer elementos importantes aos participantes do certame, principalmente na formulação de suas propostas, sua disponibilização é ato discricionário do gestor.

Assim, seguindo o entendimento do supracitado Acórdão, não existe a obrigatoriedade na publicação, mas, caso a equipe de planejamento de contratação do órgão entenda que o fornecimento do ETP irá subsidiar os licitantes para sua participação no processo, também não há nenhum óbice quanto à sua publicação.

Importante ressaltar que os procedimentos licitatórios têm por finalidade precípua a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração. Firme neste norte a administração deve envidar esforços no sentido de não limitar a participação de competidores nos procedimentos licitatórios, observando neste os princípios que o regem, notadamente o da legalidade insculpido no inciso II do art. 5º da Constituição Federal.

Nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	20286/2024
Data do Início	23/08/2024
Folha	32
Rubrica	

serem estabelecidos no EDITAL, necessários ao atendimento do interesse público em busca da melhor proposta e ainda na ampliação da competitividade considerando os mais diversos possíveis interessados.

Ainda, considerando que esta coordenadoria mantém o respeito às atribuições funcionais desta administração, registra-se que muitos pontos atacados nas razões da peça impugnatória são estabelecidos pela Secretaria Requisitante e pela Procuradoria Geral do Município, motivo pelo qual não cabe a esta especializada debater sobre o tema.

#### **IV – DA CONCLUSÃO**

Esta coordenadoria decide **conhecer** a impugnação e, tendo em vista os questionamentos trazidos pela impugnante, opina pelo **DEFERIMENTO PARCIAL** da impugnação. Solicita-se, ainda, análise da D. Procuradoria Geral deste município, assim como da Secretaria Requisitante e que, caso entendam necessário, tomem as medidas cabíveis para melhor andamento do procedimento licitatório.

Diante do exposto, esta Comissão submete à Douta Procuradoria Geral do Município e, em seguida, à Secretaria Requisitante para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 27/08/2024

---

Maria Lúcia Cardoso Travassos  
Matr. 111.813

De acordo

---

DJALMA ALVES DA SILVA  
Pregoeiro